

**SÉRGIO
REBOUÇAS**

CURSO de
DIREITO
PROCESSUAL
PENAL

CONFORME
NOVO
CPC

2017

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 - E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Marcelo S. Brandão (*santibrando@gmail.com*)

Capa: Ana Caquetti

R292c Reboças, Sérgio.
Curso de direito processual penal / Sérgio Reboças – Salvador: Editora Juspodivm, 2017.
1504 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-1311-7.

1. Direito processual penal. I. Reboças, Sérgio. II. Título.

CDD 341.43

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS DO DIREITO PROCESSUAL PENAL 45

Seção I – Compreensão Sistêmica do Direito Processual Penal 45

1. Conceito e Objeto 45
2. O Direito Processual Penal como parte do Sistema Penal 46
 - 2.1. O Sistema e a Relação Jurídica Processual Penal 46
 - 2.2. O processo penal como procedimento e como relação jurídica 50
3. O Direito Processual Penal como ramo do Direito Processual 52

Seção II – Sistemas do Processo Penal 53

1. O Sistema Acusatório e o Sistema Inquisitório 53
 - 1.1. Características teóricas e características tradicionais 53
 - 1.2. Notícia histórica 58
2. O pretenso “Sistema Misto” 60
3. Garantismo Penal e Modelo Acusatório: sistema de garantias do processo penal 61

CAPÍTULO II

SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO 65

Seção I – Código de Processo Penal e Leis de Reforma 65

1. Histórico 65
2. Código de Processo Penal (Decreto-Lei n° 3.689/1941) 67

Seção II – Ordem Constitucional 69

Constituição de 1988

1. O paradigma garantista consagrado na ordem jurídica brasileira 69
2. As garantias constitucionais do processo penal brasileiro próprias do modelo acusatório 72

Seção III – Ordem Internacional incorporada ao Direito Brasileiro 75

1. A internacionalização dos direitos humanos 75
2. A perspectiva internacional da Constituição do Brasil 76

3. A jurisprudência do STF sobre o status normativo da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) e do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos 78
4. As garantias processuais penais próprias do modelo acusatório na Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) e no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos 83

Seção IV – Modelo de Processo Penal adotado na Ordem Jurídica Brasileira 85

CAPÍTULO III

Princípios do Processo Penal 89

Seção I – Devido Processo Legal e Devido Processo Penal 90

Seção II – Contraditório 92

Seção III – Ampla Defesa 95

Seção IV – Separação entre Jurisdição e Ação 100

Seção V – Juízo Natural 102

1. Conceito 102

2. Origens 102

3. Dimensões 104

Seção VI – Presunção ou Estado de Inocência (ou de Não Culpabilidade) 106

1. Terminologia e breve notícia histórica 106

2. Conteúdo e dimensões 107

2.1. Regra de tratamento 108

2.2. Regra de julgamento 114

Seção VII – Garantia contra a Autoincriminação (Nemo tenetur se detegere) e Direito ao Silêncio 116

Seção VIII – Inadmissibilidade das Provas obtidas por Meios Ilícitos 127

Seção IX – Garantia contra a Revisão Criminal Pro Societate: Proibição do Duplo Processo pelos mesmos Fatos 128

Seção X – Razoável Duração do Processo 133

Seção XI – Legalidade e Controle Judicial da Prisão Provisória 136

Seção XII – Duplo Grau de Jurisdição 136

Seção XIII – Publicidade 138

Seção XIV – Motivação das Decisões Jurisdicionais Penais 139

CAPÍTULO IV

Interpretação, integração e aplicação da lei processual penal 143

Seção I – Interpretação e Integração da Lei Processual Penal 143

Seção II – Aplicação da Lei Processual Penal no Espaço 145

Seção III – Aplicação da Lei Processual Penal no Tempo 147

CAPÍTULO V**Procedimentos de Investigação Criminal 151****Seção I – Inquérito Policial: Investigação pela Polícia Judiciária 151**

1. Persecução Penal, Investigação e Inquérito Policial	151
2. Polícia Judiciária e Inquérito Policial	153
3. Autoridade Policial e Delegado de Polícia	155
4. Discricionariedade do Delegado de Polícia	156
4.1. Presença no local do crime (<i>locus commissi delicti</i>) (art. 6º, I, CPP)	159
4.2. Busca e apreensão dos instrumentos do crime e de outros objetos que interessarem à prova (art. 6º, II, CPP)	160
4.3. Coleta de todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias (art. 6º, III, CPP)	160
4.4. Ouvida do ofendido (art. 6º, IV, CPP) e de testemunhas	161
4.5. Ouvida do investigado ou indiciado (art. 6º, V, CPP)	161
4.6. Reconhecimento de pessoas e coisas e acareações (art. 6º, VI, CPP)	163
4.7. Exame de corpo de delito e quaisquer outras perícias aplicáveis (art. 6º, VII, CPP)	163
4.8. Identificação do investigado (art. 6º, VIII, CPP)	164
4.9. Averiguação da vida pregressa do investigado (art. 6º, IX, CPP)	167
4.10. Reprodução simulada dos fatos (art. 7º, CPP)	168
4.11. Informações sobre a existência de filhos do preso (art. 6º, X, CPP)	169
5. Incomunicabilidade do investigado preso durante o inquérito	169
6. Características do inquérito policial	170
7. Sigilo do Inquérito Policial e de outros Procedimentos de Investigação	173
8. Notícia de crime e início do inquérito policial	177
9. Indiciamento	183
10. Relatório	186
11. Prazos para o Encerramento do Inquérito Policial	187
12. Arquivamento do Inquérito Policial	191
12.1. Aspectos gerais: promoção privativa do Ministério Público e decisão judicial	191
12.2. Hipóteses de arquivamento	192
12.3. Procedimento	195
12.3.1. Justiça Comum Estadual de primeira instância e Ministério Público Estadual	195
12.3.2. Justiça Comum Federal de primeira instância e Ministério Público Federal	197
12.3.3. Justiça Eleitoral de primeira instância e Ministério Público Eleitoral	198
12.3.4. Justiça Militar da União de primeira instância e Ministério Público Militar	198
12.3.5. Ação penal de competência originária dos tribunais	198
12.4. Decisão de arquivamento	200
12.4.1. Arquivamento com coisa julgada formal	201
12.4.2. Arquivamento com coisa julgada formal e material	203
12.5. Recorribilidade da decisão de arquivamento	207
12.6. Inadmissibilidade do Arquivamento Implícito	209
12.7. Pedido indireto de arquivamento	210

Seção II – Procedimento de Investigação Criminal pelo Ministério Público	212
Seção III – Outros Procedimentos de Investigação	215
1. Inquérito Parlamentar: Investigação por Comissões Parlamentares de Inquérito	215
2. Inquérito Policial Militar	217
3. Inquérito Civil Público	219
4. Investigação por Agentes Fiscais do Poder Executivo	219
4.1. Investigação por Autoridades Fazendárias	219
4.2. Investigação por Agentes do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários	220
4.3. Investigação pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)	222
4.4. Investigação por Agentes Ambientais	222

CAPÍTULO VI

AÇÃO PENAL

Seção I – Conceito e Condições da Ação Penal

1. Conceito de Ação Penal	223
1.1. A pretensão e a ação civil	223
1.2. A pretensão punitiva e a ação penal	225
2. Condições essenciais da Ação Penal	227
2.1. Considerações iniciais	227
2.2. O regime específico das condições de admissibilidade da ação penal	228
2.2.1. Legitimidade	229
2.2.2. Justa causa em sentido estrito	231
2.2.3. Mérito da ação penal: interesse	234
2.2.4. Mérito da ação penal: impossibilidade jurídica da causa de pedir (ou do pedido)	235
2.3. Consequências Jurídicas da Carência de Ação	236
3. Início da Ação e do Processo Penal	242

Seção II – Ação Penal de Iniciativa Pública

1. Classificação	246
2. Princípios da Ação Penal de iniciativa Pública	248
2.1. Princípios da Obrigatoriedade e da Indisponibilidade	248
2.2. Princípio da Intranscendência	249
2.3. Princípio da Indivisibilidade?	249
3. Espécies de Ação Penal de iniciativa Pública: Incondicionada e Condicionada	253
3.1. Ação Penal Pública Condicionada à Representação	254
3.1.1. Exercício da representação: conceito, legitimidade, forma e prazo decadencial ..	254
3.1.2. Retratabilidade e Renúncia	257
3.2. Ação Penal Pública Condicionada à Requisição do Ministro da Justiça	259
4. Atuação do Ofendido na Ação Penal de iniciativa Pública	260
5. Controle Especial da Inércia do Ministério Público: "Ação Penal Pública Subsidiária da Pública"?	260

6. Denúncia	262
6.1. Conceito e Características	262
6.2. Imputação do Fato (<i>Imputatio Facti</i>)	263
6.2.1. Inadmissibilidade da imputação alternativa	264
6.2.2. Individualização de cada conduta na hipótese de pluralidade de imputados	266
6.3. Identificação e Individualização do Denunciado	270
6.4. Imputação ou Classificação Jurídico-Penal (<i>Imputatio Juris</i>)	270
6.5. Ônus: Apresentação de Rol de Testemunhas Numerárias e Indicação de outros Meios de Prova	272
6.6. Regularidade Formal da Denúncia e Aplicação Subsidiária do Código de Processo Civil	273
6.7. Prazos	273
6.8. Aditamento à Denúncia	276

Seção III – Ação Penal de Iniciativa Privada **277**

1. Conceito e Elementos Essenciais	277
1.1. Legitimidade Ativa	278
1.2. Hipóteses Especiais de Representação Legal e Judicial do Ofendido no âmbito da Ação Penal de iniciativa Privada	280
2. Espécies de Ação Penal de iniciativa Privada	280
2.1. Ação Penal Privada Privativa ou Exclusiva	280
2.2. Ação Penal Privada Personalíssima	281
2.3. Atuação do Ministério Público na Ação Penal Privada Privativa e na Ação Penal Privada Personalíssima	282
2.4. Ação Penal Privada Subsidiária da Pública	283
2.4.1. Conceito e elementos essenciais	283
2.4.2. Atuação do Ministério Público na ação penal privada subsidiária da pública	286
3. Queixa	289
3.1. Conceito e Elementos Essenciais	289
3.2. Prazo Decadencial e Termos Iniciais	290
4. Aditamento à Queixa	292
4.1. Aditamento à Queixa pelo Ofendido	292
4.2. Aditamento à Queixa pelo Ministério Público	293
5. Princípios da Ação Penal de Iniciativa Privada	295
5.1. Princípio da Indivisibilidade	295
5.2. Princípios da Oportunidade e da Disponibilidade	297
6. Causas de Extinção da Punibilidade associadas à Ação Penal de iniciativa Privada	298
6.1. Decadência	298
6.2. Renúncia	298
6.3. Desistência	300
6.4. Perdão	301
6.5. Perempção	304
7. Legitimidade Alternativa	304
8. “Ação Penal Adesiva”	305

CAPÍTULO VII

Ação Civil Ex Delicto	307
1. Conceito	307
2. A Ação Civil Ex Delicto como Ação de Execução (Art. 63, CPP)	308
2.1. Independência Relativa entre Juízo Penal e Juízo Civil e Certificação do Dano na Sentença Penal Condenatória Definitiva	308
2.2. Liquidação e Fixação de Valor Mínimo na Sentença Penal Condenatória (artigos 63, parágrafo único, e 387, IV, CPP)	310
2.3. Legitimidade para a Ação Civil na hipótese de Hipossuficiência do Ofendido	314
2.4. Execução da Sentença Homologatória de Composição Civil dos Danos no Procedimento Sumaríssimo	314
3. A Ação Civil Ex Delicto como Ação de Conhecimento (Art. 64, CPP)	315
4. Absolvição e ação civil: a coisa julgada da sentença penal absolutória perante o juízo cível (impedimento ou não da ação civil ex delicto)	316
4.1. Absolvição criminal com coisa julgada na esfera civil	316
4.1.1. Reconhecimento categórico da inexistência do fato ou da ausência de autoria ou participação do imputado	316
4.1.2. Reconhecimento categórico de causa excludente da ilicitude	317
4.2. Absolvição criminal sem coisa julgada na esfera civil	319
4.2.1. Falta de prova da existência do fato ou da autoria ou participação do imputado	319
4.2.2. Atipicidade penal	319
4.2.3. Falta de prova suficiente para a condenação (in dubio pro reo)	320
4.2.4. Exclusão da culpabilidade	321
4.3. Outras Decisões Jurisdicionais Penais Sem Efeito de Coisa Julgada no âmbito Civil	321

CAPÍTULO VIII

COMPETÊNCIA PENAL	323
Seção I – Jurisdição e Competência – Conceito de Competência	323
1. Conceito de Competência	323
2. Princípio do Juízo Natural	324
3. Competência Absoluta e Competência Relativa	324
Seção II – Competência pela Matéria (Ratione Materiae)	326
Subseção I – Competência de Justiça em razão da Matéria	328
1. Considerações Iniciais	328
2. Competência da Justiça Comum Estadual	329
3. Competência da Justiça Comum Federal	329
3.1. Estrutura da Justiça Comum Federal	329
3.2. Competência Material da Justiça Comum Federal	330
3.2.1. Crimes políticos (art. 109, IV, 1a parte, CF)	331

3.2.2.	Crimes cometidos em detrimento de bens, serviços e interesse da União ou de autarquia ou empresa pública federal (art. 109, IV, 2a parte, CF)	332
3.2.3.	Crimes transnacionais previstos em tratados ou convenções internacionais (art. 109, V, CF)	342
3.2.4.	Crimes contra a organização do trabalho (art. 109, VI, 1a parte, CF)	345
3.2.5.	Crimes contra o sistema financeiro e contra a ordem econômico-financeira (art. 109, VI, 2a parte, CF)	348
3.2.6.	Crimes cometidos a bordo de navios ou de aeronaves (art. 109, IX, CF)	348
3.2.7.	Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro (art. 109, X, CF)	349
3.2.8.	Crimes envolvendo disputa sobre direitos indígenas (art. 109, XI, CF)	350
3.3.	Incidente de Deslocamento da Competência para a Justiça Federal	351
4.	Competência pela Matéria da Justiça Eleitoral	353
5.	Competência pela Matéria da Justiça Militar	354
5.1.	Justiça Militar da União e Justiça Militar dos Estados	354
5.2.	Competência pela Matéria da Justiça Militar da União	355
5.3.	Competência pela Matéria da Justiça Militar dos Estados	356
5.4.	Conexão entre Crime Militar e Crime Comum: Separação de Processos	357

Subseção II – Competência de Juízo em Razão da Matéria 357

1.	Competência de Juízo em Razão da Matéria estabelecida pelo Código de Processo Penal e pela Legislação Processual Penal Especial	358
1.1.	Competência do Tribunal do Júri (Constituição e Código de Processo Penal)	358
1.1.1.	Características e hipóteses de competência do Tribunal do Júri	358
1.1.2.	Incompetência superveniente do Tribunal do Júri (art. 74, § 3o, CPP)	361
1.2.	Competência dos Juizados Especiais Criminais (Constituição e Lei n° 9.099/1995)	362
1.3.	Competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei n° 11.340/2006)	366
1.4.	Competência de juízos colegiados no âmbito dos processos que envolvam organizações criminosas (Lei n° 12.694/2012)	369
2.	Competência de Juízo em Razão da Matéria estabelecida pelas Leis de Organização Judiciária	370
3.	Competência de Juízo em Razão da Natureza da Infração: Resoluções de Tribunais	371

Subseção III – Incompetência Superveniente em Razão da Matéria: Desclassificação 372

Seção III – Competência por Prerrogativa de Função (Ratione Muneris ou Ratione Personae) 375

1.	Regra da Atualidade	377
2.	Competência por Prerrogativa de Função e Competência do Tribunal do Júri	381
3.	Competência para a Supervisão de Procedimento Investigativo	381
4.	Competência por Prerrogativa de Função no âmbito da Exceção da Verdade oposta em processo por Crime contra a Honra	383
5.	Hipóteses Constitucionais de Competência Originária	384
5.1.	Competência Penal Originária do Supremo Tribunal Federal	384
5.2.	Competência Penal Originária do Superior Tribunal de Justiça	386
5.3.	Competência Penal Originária do Superior Tribunal Militar	387

5.4. Inexistência de Competência Penal Originária do Tribunal Superior Eleitoral	387
5.5. Competência Penal Originária dos Tribunais Regionais Federais	388
5.6. Competência Penal Originária dos Tribunais de Justiça	389
5.7. Competência Penal Originária dos Tribunais Regionais Eleitorais	393
Seção IV – Competência Territorial	394
Subseção I – Competência pelo Lugar da Infração (Ratione Loci)	394
1. Critérios Gerais da Competência pelo Lugar da Infração	394
2. Competência pelo Lugar da Infração Penal no âmbito dos Juizados Especiais Criminais	399
3. Hipóteses de reconhecimento jurisprudencial da competência territorial pelo critério da atividade ou pelo da ubiquidade	400
Subseção II – Competência pelo Domicílio do Acusado (Ratione Domicilii)	400
1. Ação Penal de Iniciativa Pública e Ação Penal de Iniciativa Privada Subsidiária da Pública: Subsidiariedade	400
2. Ação Penal de Exclusiva Iniciativa Privada: Alternatividade	401
Subseção III – Critérios Especiais de Competência Territorial	402
Seção V – Competência por Distribuição	405
Seção VI – Definição da Competência Segundo os Diversos Critérios Normativos, até o da Distribuição: Roteiro Analítico	407
Seção VII – Competência por prevenção	411
Seção VIII – Modificação de Competência: Conexão e Continência	412
1. Conexão	413
2. Continência	415
3. Efeitos da Conexão e da Continência: Unidade de Processo e de Julgamento (Regra)	417
3.1. Regra da Unidade e Foro de Atração	417
3.2. Avocação de Processos e Limite Temporal para a Aplicação da Regra da Unidade	423
3.3. Regra da Unidade e Absolvição ou Desclassificação Parcial	424
4. Exceções Impositivas (Art. 79, CPP) e Permissivas (Art. 80, CPP) da Separação dos Processos ...	426
4.1. Separação Obrigatória	426
4.2. Separação Facultativa	428
CAPÍTULO IX	
Questões Prejudiciais	431
1. Conceito e Classificação Doutrinária	431
1.1. Delimitação Conceitual das Questões Prejudiciais	431
1.2. Classificação Doutrinária	433
1.2.1. Questões prejudiciais: homogêneas e heterogêneas	433
1.2.2. Questões prejudiciais: devolutivas (absolutas ou relativas) e não devolutivas	433
2. Questões Prejudiciais Heterogêneas de Devolução Obrigatória (Art. 92, CPP)	434
3. Questões Prejudiciais Heterogêneas de Devolução Facultativa (Art. 93, CPP)	437

3.1. Repercussão da controvérsia na própria existência da infração penal	439
3.2. Controvérsia sobre questão diversa da relativa ao estado civil das pessoas	442
3.3. Existência de ação civil que tenha por objeto a questão prejudicial	442
3.4. Controvérsia de difícil solução	442
3.5. Questão que não versa sobre direito cuja prova a lei civil limite	443

CAPÍTULO X

Incidentes Processuais 445

Seção I – Exceções 445

1. Exceção de Suspeição	445
1.1. Conceito e Características Gerais	445
1.2. Legitimidade Ativa e Passiva	446
1.3. Oportunidade para a Arguição	447
1.4. Procedimento	448
1.5. Exceção de Suspeição de Magistrado Integrante de Tribunal	449
2. Exceção de Incompatibilidade e Exceção de Impedimento	450
3. Exceção de Incompetência	451
4. Exceção de Litispendência	453
5. Exceção de Coisa Julgada	455
6. Exceção de Ilegitimidade de Parte	457

Seção II – Conflito de Competência 458

1. Conceito e Características Gerais	458
2. Iniciativa	460
3. Competência	460
3.1. Competência do Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, o, CF)	461
3.2. Competência do Superior Tribunal de Justiça (art. 105, I, d, CF)	461
3.3. Competência dos Tribunais Regionais Federais (art. 108, I, e, CF)	461
3.4. Competência dos Tribunais de Justiça	462
4. Procedimento	462

Seção III – Conflito de Atribuições entre Órgãos do Ministério Público 464

1. Conceito	464
2. Hipóteses de Conflito	464
2.1. Conflito de Atribuições entre Órgãos da mesma Instituição do Ministério Público	464
2.2. Conflito de Atribuições entre Órgãos de Diferentes Instituições do Ministério Público	465

Seção IV – Restituição de Coisas Apreendidas 468

1. Sentido e Alcance	468
2. Aplicabilidade e Procedimento do Incidente de Restituição	469

Seção V – Incidente de Falsidade 471

Seção VI – Incidente de Insanidade Mental	473
1. Sentido e Finalidades	473
2. Doença Mental ao tempo da conduta imputada: Inimputabilidade ou Semi-imputabilidade ..	474
2.1. Inimputabilidade por Doença Mental (art. 26, caput, CP)	474
2.2. Semi-Imputabilidade por Perturbação Mental (art. 26, parágrafo único, CP)	474
3. Superveniência de Doença Mental	475
4. Oportunidade, Iniciativa e Procedimento	477

CAPÍTULO XI

Medidas Assecuratórias de Ativos **479**

Seção I – Sequestro **480**

1. Conceito e Finalidades	480
2. Requisitos	481
2.1. Regime Jurídico Geral	481
2.2. Requisitos do Sequestro no âmbito dos Crimes de Lavagem de Capitais (art. 4º, Lei nº 9.613/1998), no dos Crimes de Terrorismo (art. 12, Lei nº 13.260/2016) e no dos Crimes de Tráfico de Pessoas (art. 8º, Lei nº 13.344/2016)	482
3. Iniciativa e Oportunidade para o Sequestro	484
4. Impugnação cabível contra a Decisão que determinar o Sequestro e contra a que indeferir o pedido de decretação do Sequestro	486
5. Execução do Sequestro de Bens Imóveis	487
6. Contraditório Prévio	488
7. Contraditório Diferido: Embargos	489
8. Levantamento do Sequestro	491
9. Destinação dos Bens Sequestrados	492

Seção II – Arresto e Hipoteca Legal **493**

1. Conceito e Finalidades: Diferença entre Arresto e Sequestro	493
2. Arresto de Bens Imóveis e Hipoteca Legal	494
2.1. Conceito, Legitimidade e Requisitos	494
2.2. Especialização e Registro da Hipoteca	495
3. Arresto de Bens Móveis	497
4. Contraditório: Cabimento de Embargos no âmbito do Arresto e da Hipoteca Legal	499
5. Levantamento do Arresto ou da Hipoteca e Destinação dos Bens Arrestados ou Hipotecados	500

Seção III – Alienação Antecipada **501**

CAPÍTULO XII

Prova **505**

Seção I – Teoria Geral da Prova no Processo Penal **505**

Subseção I – Conceito e Sistemas de Valoração da Prova **505**

1. Acepções e Finalidades	505
---------------------------------	-----

1.1. Prova como Atividade	506
1.2. Prova como Instrumento	507
1.3. Prova como Resultado	507
2. Verdade e Certeza	508
3. Prova Indiciária	510
4. Sistemas de Valoração da Prova	512
4.1. Espécies	512
4.1.1. Sistema da íntima convicção	513
4.1.2. Sistema da prova legal ou da prova tarifada	513
4.1.3. Sistema do livre convencimento motivado ou da persuasão racional	515
4.2. Sistema do Livre Convencimento Motivado no Processo Penal Brasileiro	517
4.2.1. Prova e elemento informativo	517
4.2.2. Provas cautelares, provas antecipadas e provas irrepetíveis	519
Subseção II – Ônus da Prova	526
1. Conceito e Natureza Jurídica	526
2. Ônus da Prova do Acusador e Garantia do Estado de Inocência: a Prova do Fato constitutivo de Crime e da Autoria ou Participação do Imputado	526
3. Ônus da Prova de Fatos relacionados a Excludentes de Ilícitude ou de Culpabilidade	529
Subseção III – Iniciativa Instrutória do Juiz	533
Seção II – Provas Ilícitas e Provas Derivadas de Ilícitas	539
1. Conceito e Regime Jurídico da Prova Ilícita Originária	539
1.1. Previsão constitucional e legal	539
1.2. Prova Ilícita e Prova Ilegítima	541
1.3. Fundamento da Regra de Inadmissibilidade (ou Regra de Exclusão): a Jurisprudência da Suprema Corte Norte-Americana e a do Supremo Tribunal Federal	542
1.3.1. O caso <i>Boyd vs. United States</i>	543
1.3.2. O caso <i>Weeks vs. United States</i> e o fundamento da regra de exclusão: efeito dissuasório contra práticas ilícitas	543
1.3.3. Limites da regra de exclusão no direito norte-americano	545
1.3.4. Limites à regra da inadmissibilidade na ordem jurídica brasileira	546
1.4. Desentranhamento e Inutilização da Prova: a Consequência Material da Inadmissibilidade das Provas Ilícitas e das Derivadas de Ilícitas	549
2. Prova Derivada de Ilícita	551
2.1. Conceito e Regime Jurídico	551
2.2. A Regra de Exclusão da Prova Derivada de Ilícita na Jurisprudência Norte-Americana: o caso <i>Silverthorne vs. United States</i>	553
2.3. Limites à Regra da Inadmissibilidade das Provas Derivadas de Ilícitas na Jurisprudência Norte-Americana e na Ordem Jurídica Brasileira	553
2.3.1. Fonte independente (independent source) na jurisprudência norte-americana	554

2.3.2.	Fonte independente na ordem jurídica brasileira	557
2.3.3.	Descoberta inevitável (inevitable discovery) na jurisprudência norte-americana: o caso Nix vs. Williams (Williams II) (1984)	558
2.3.4.	A descoberta inevitável na ordem jurídica brasileira	560
2.3.5.	A doutrina da atenuação da causalidade (purged taint ou attenuated connection)	561
Seção III – Prova Emprestada		564
Seção IV – Provas em Espécie: Meios de Prova		567
Precisão terminológica: Fontes de Prova, Meios de Prova e Meios de Obtenção de Prova		567
Subseção I – Prova Pericial		569
1.	Características Gerais da Prova Pericial	569
2.	Exame de Corpo de Delito	570
2.1.	Conceito, Objeto, Aplicabilidade e Valor Probatório do Exame de Corpo de Delito	570
2.2.	Exame de Corpo de Delito Direto e Exame de Corpo de Delito Indireto	573
2.3.	Suprimento do Exame de Corpo de Delito pelo Corpo de Delito Indireto	574
3.	Execução do Exame de Corpo de Delito e de Outras Perícias	576
4.	Disciplina Normativa da Produção de Prova Pericial	578
5.	Prova Pericial durante o Processo Penal	582
6.	O Laudo Pericial	583
6.1.	Características Gerais	583
6.2.	Momento da juntada do Laudo de Exame de Corpo de Delito	584
7.	Exame Cadavérico	586
7.1.	Objeto de Características Gerais	586
7.2.	Exumação do Cadáver	588
8.	Exame Complementar no âmbito das Lesões Corporais	589
9.	Exame do Local	591
10.	Exame de Laboratório	591
11.	Exame de Furto Qualificado	592
12.	Exame de Avaliação	592
13.	Exame de Incêndio	593
14.	Exame de Reconhecimento de Escritos: Perícia Grafotécnica	593
15.	Exame de Instrumentos da Infração	596
Subseção II – Declarações do Ofendido		598
Subseção III – Prova Testemunhal		600
1.	Conceito de Testemunha: sentido, alcance e limitações probatórias	600
2.	Espécies de Testemunhas	602
2.1.	Testemunhas Numerárias	602
2.2.	Testemunhas Extranumerárias	602
2.2.1.	Testemunhas extranumerárias indicadas pelas partes	602

2.2.2. Testemunhas extranumerárias do juízo	603
2.2.3. Testemunhas extranumerárias referidas	603
3. Obrigação, Dispensa e Proibição de Depor	604
3.1. Obrigação de Depor	604
3.2. Dispensa e Proibição de Depor	605
3.2.1. Dispensa de depor	605
3.2.2. Proibição de depor	605
4. Cautelas Legais Prévias à Audiência: Incomunicabilidade Relativa entre as Testemunhas	607
5. Inquirição da Testemunha em Audiência	607
5.1. A oralidade do depoimento	607
5.2. Antes do Depoimento: Qualificação e Contradita ou Arguição de Parcialidade ou Indignidade	610
5.3. Procedimento da Inquirição: o Método do Exame Direto e Cruzado	612
5.4. Presença do Acusado na Audiência reservada à Inquirição de Testemunhas	616
5.4.1. Garantia de presença como forma de autodefesa	616
5.4.2. Afastamento excepcional do acusado	618
5.5. Direito ao Confronto	620
5.6. Inquirição de Testemunhas Especiais	622
5.7. Inquirição por Carta Precatória e por Videoconferência	623
5.7.1. Inquirição em sede de carta precatória	623
5.7.2. Inquirição por videoconferência	624
6. Prova Testemunhal por meio de Carta Rogatória	624
7. Controle Judicial da Veracidade do Depoimento	625
8. Antecipação de Prova Testemunhal	626
8.1. Aplicabilidade da Antecipação de Prova Testemunhal em Geral	626
8.2. Aplicabilidade da Antecipação de Prova Testemunhal na Hipótese do Art. 366 do CPP	627
8.3. Procedimento	629
Subseção IV – Acreação	629
Subseção V – Reconhecimento de Pessoas e Coisas	631
1. Conceito e Procedimento	631
2. Reconhecimento de Pessoa por Videoconferência	634
Subseção VI – Interrogatório	635
1. Sentido e Alcance	635
2. Características do Interrogatório	637
3. Partes do Interrogatório: Abrangência e Procedimento	638
3.1. Aspectos Gerais	638
3.2. Qualificação e Identificação do Acusado no Interrogatório	640
3.3. Procedimento Judicial após a Qualificação e antes do Interrogatório	641
3.4. Procedimento Judicial durante o Interrogatório	642
3.5. Primeira Parte do Interrogatório	642

3.6. Segunda Parte do Interrogatório	643
3.7. Presença e Colaboração das Partes	644
3.8. Participação da Defesa Técnica de um Acusado no Interrogatório de outro Acusado	644
4. Momento do Interrogatório	646
5. Lugar do Interrogatório e Interrogatório por Videoconferência	646
5.1. Regime Jurídico Geral	646
5.2. Interrogatório por Videoconferência	649
6. Interrogatório de Acusados Especiais	651
Subseção VII – Confissão	652
1. Conceito e Características da Confissão	652
2. Elementos Modificativos da Confissão	656
Subseção VIII – Prova Documental	657
1. Sentido e Alcance	657
2. Cartas Particulares	659
3. Documentos em Língua Estrangeira	660
4. Autenticidade do Documento Particular	660
5. Oportunidade para a Produção de Prova Documental pelas Partes	660
6. Iniciativa do Juiz para a Produção de Prova Documental	661
Seção V – Provas em Espécie: Medidas Cautelares Probatórias e Técnicas Especiais de Investigação	662
Subseção I – Busca e Apreensão	662
1. Sentido e Alcance	662
2. Busca Domiciliar	664
2.1. Inviolabilidade Domiciliar e Limites da Busca	664
2.1.1. Ingresso no domicílio e autorização judicial	664
2.1.2. O consentimento do morador	667
2.2. Busca em Escritórios de Advocacia	671
2.3. Procedimento	673
2.3.1. Iniciativa e procedimento de autorização	673
2.3.2. Procedimento de execução	674
2.4. Finalidades	677
2.4.1. Prisão de criminosos	677
2.4.2. Apreensão de coisas achadas ou obtidas por meios criminosos e de instru- mentos do crime	678
2.4.3. Descoberta de objetos necessários à prova de infração penal ou à defesa do acusado e coleta de qualquer elemento de convicção	679
2.4.4. Apreensão de cartas particulares	679
2.4.5. Proteção à vítima	682
2.5. Ingresso no Domicílio em caso de Flagrante Delito	682

2.6. Requisitos Intrínsecos do Mandado de Busca Domiciliar	684
2.7. Encontro Fortuito de Provas ou <i>Serendipidade</i>	686
3. Busca Pessoal	688
4. Cumprimento do Mandado de Busca após Seguimento do Imputado	690
Subseção II – Técnicas Especiais de Investigação	692
Subseção III – Interceptação Telefônica e Telemática	693
1. Afastamento excepcional da Inviolabilidade das Comunicações Telefônicas	693
2. Interceptação Telefônica, Escuta Telefônica e Gravação Telefônica	694
3. Interceptação Eletrônica e Telemática	698
4. Encontro Fortuito de Provas ou <i>Serendipidade</i>	699
5. Comunicação Telefônica, Eletrônica e Telemática mantida entre Advogado e Cliente	703
6. Iniciativa	706
7. Competência	708
8. Pressupostos da Interceptação Telefônica	709
9. Limites Formais e Temporais: Forma de Execução, Prazo e Prorrogação	711
9.1. Limites Formais	711
9.2. Limites Temporais	712
10. Procedimento de Execução da Medida pela Polícia	714
11. Inutilização da Gravação que não interessar à Prova	717
12. Interceptação das Comunicações Telefônicas e Quebra do Sigilo Telefônico	717
Subseção IV – Interceptação Ambiental	718
1. Interceptação Ambiental, Escuta Ambiental e Gravação Ambiental	719
2. Aplicabilidade e Regime Jurídico	719
3. Meio Ambiente e Contexto de Intimidade	720
4. Interceptação das Comunicações entre Advogado e Cliente	722
Subseção V – Acesso a Registros Telefônicos e a Dados Cadastrais	724
Subseção VI – Quebra do Sigilo Financeiro	727
1. Sentido e Alcance da Proteção Constitucional ao Sigilo Financeiro	727
2. Afastamento Excepcional do Sigilo Financeiro: Reserva de Jurisdição?	728
Subseção VII – Colaboração Premiada	730
1. Sentido e Alcance	730
1.1. Designação legal: Diferença entre Delação e Colaboração	731
1.2. Origens	731
1.3. Crítica de parte da Doutrina ao instituto da Colaboração Premiada	732
2. Previsão no Direito Brasileiro: Evolução da Disciplina Normativa da Colaboração Premiada no Ordenamento Jurídico Nacional	734
2.1. Crimes contra o sistema financeiro nacional (Lei nº 7.492/1986)	734

2.2. Crimes contra a ordem tributária, contra a ordem econômica e contra as relações de consumo (Lei nº 8.137/1990)	735
2.3. Extorsão mediante sequestro (Lei nº 9.269/1996)	735
2.4. Crimes de lavagem de capitais (Lei nº 12.683/2012)	736
2.5. Lei nº 9.807/1999: programa de proteção a vítimas, testemunhas e colaboradores	737
2.6. Crimes de drogas (Lei nº 11.343/2006)	738
2.7. O "acordo de leniência" (Lei nº 12.529/2011)	739
2.8. Organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013)	740
3. Aplicabilidade do Regime de Colaboração Premiada objeto da Lei nº 12.850/2013	740
4. Natureza e Valor Probatório da Colaboração Premiada	742
5. Resultados	743
6. Pressupostos e Requisitos	745
7. Prêmios Legais	746
7.1. Prêmios aplicáveis no Processo Judicial (de conhecimento ou de execução)	746
7.2. Ausência de Oferecimento da Denúncia	749
7.3. Síntese dos Prêmios Aplicáveis	750
8. Colaboração Premiada: Direito Subjetivo ou Discricionariedade do Órgão Judiciário?	751
9. Intervenção Judicial no âmbito da Colaboração Premiada: ausência de Intervenção Judicial nas Negociações e Controle Posterior	753
10. Acordo de Colaboração Premiada	755
10.1. Legitimidade	755
10.2. Procedimento	756
10.2.1. Negociação	756
10.2.2. Execução do acordo	758
10.3. Retratação	760
10.4. Aplicação do Prêmio Legal	761
Subseção VIII – Ação Controlada	761
Subseção IX – Infiltração	765
1. Sentido, Alcance e Aplicabilidade	765
2. Pressupostos e Requisitos	766
3. Iniciativa	767
4. Sigilo	767
5. Limites Temporais: Duração da Infiltração	768
6. Limites Materiais: Prática de Crimes pelo Agente Infiltrado	768
CAPÍTULO XIII	
Sujeitos do Processo Penal	771
Seção I – Juiz	771
1. Conceito	771
2. Funções do Juiz no Processo Penal	772
3. Juízes integrantes do Poder Judiciário do Brasil	773

3.1. Justiça Comum	774
3.1.1. Justiça Comum Federal	774
3.1.2. Justiça Comum Estadual	774
3.1.3. Superior Tribunal de Justiça	774
3.2. Justiça Militar	775
3.2.1. Justiça Militar da União	775
3.2.2. Justiça Militar dos Estados	775
3.3. Justiça Eleitoral	753
3.4. Supremo Tribunal Federal	775
4. Impedimento e Suspeição de Juízes	775
4.1. Impedimento de Juízes (artigos 252 e 253, CPP)	776
4.1.1. Sentido, alcance e efeitos	776
4.1.2. Hipóteses legais de impedimento	777
4.2. Suspeição de Juízes (art. 254, CPP)	782
4.2.1. Sentido, alcance e efeitos	782
4.2.2. Hipóteses legais de suspeição	783
4.2.3. Hipótese de não reconhecimento da suspeição (art. 256, CPP)	788
4.3. Incompatibilidade	788
5. Jurado do Tribunal do Júri	790
5.1. Conceito e Regime Jurídico	790
5.2. Alistamento e obrigatoriedade do serviço do júri	790
5.3. Impedimento e Suspeição de Jurados (artigos 447 a 451, CPP)	793
5.4. Recusa Imotivada de Jurados	795

Seção II – Ministério Público 796

1. Perfil Institucional do Ministério Público	796
2. Atribuições dos Órgãos do Ministério Público	796
3. Estrutura Orgânica do Ministério Público	797
3.1. Ministério Público da União	797
3.1.1. Ministério Público Federal	798
3.1.2. Ministério Público Militar	799
3.2. Ministério Público Estadual	799
4. Princípio do Promotor ou do Procurador Natural	800
5. O Ministério Público no Processo Penal	801
5.1. Funções do Ministério Público na Fase Pré-Processual	801
5.2. Funções do Ministério Público na Ação Penal	802
5.3. O Ministério Público como Titular da Ação Penal Pública: Parte Imparcial?	803
5.4. Impedimento e Suspeição de Membros do Ministério Público	805

Seção III – Acusado e Defensor 806

Subseção I – Acusado 807

1. Sentido e Alcance	807
----------------------------	-----

2. Identificação do Acusado	808
3. Condução Coercitiva do Acusado	809
Subseção II – Defensor	811
1. Sentido e Alcance	811
2. Espécies de Defensor e Indisponibilidade da Defesa Técnica	812
2.1. Defensor Constituído	813
2.2. Defensor Dativo (ou Defensor Nomeado)	814
2.3. Defensor <i>Ad Hoc</i>	816
3. Impedimento do Defensor (art. 267, CPP)	817
Seção IV – Ofendido e Assistente	818
1. O Perfil Normativo tradicional do Ofendido	818
2. Novo Paradigma Normativo	819
3. O Regime Jurídico introduzido pela Lei nº 11.690/2008	821
3.1. Ofendido a serviço da justiça (art. 201, <i>caput</i> e § 1º, CPP)	821
3.2. Informação, Participação e Reparação (art. 201, §§ 2º e 3º, CPP; art. 6º, VII, Lei nº 13.344/2016)	822
3.3. Proteção (art. 201, §§ 4º e 6º, CPP; Lei nº 11.340/2006; Lei nº 9.807/1999; art. 6º, II e IV, Lei nº 13.344/2016)	823
3.4. Assistência (art. 201, § 5º, CPP; Lei nº 11.340/2006; Lei nº 9.807/1999; art. 6º, I, III, V e VI, Lei nº 13.344/2016)	825
4. Assistente	827
4.1. Aplicabilidade da Habilitação do Ofendido como Assistente	827
4.2. Aplicabilidade da Habilitação de Outros Sujeitos como Assistentes	828
4.3. Oportunidade da Admissão do Assistente	829
4.4. Faculdades Processuais do Assistente	830
Seção V – Serventuários da Justiça	832
Seção VI – Peritos e Intérpretes	833
CAPÍTULO XIV	
Medidas Cautelares de Constrição Pessoal	835
Seção I – Teoria Geral das Medidas Cautelares Pessoais	835
1. Sistemática	835
2. Princípios associados às medidas cautelares no processo penal	837
2.1. Princípio da Necessidade	838
2.1.1. Sentido e alcance	838
2.1.2. Necessidade das medidas cautelares de constrição pessoal: desdobramentos ...	839
2.2. Princípio da Adequação	841
2.3. Princípio da Proporcionalidade em Sentido Estrito	843
Seção II – Medidas Cautelares Pessoais Diversas da Prisão	844

1.	Aplicabilidade	844
1.1.	Medida Cautelar Pessoal Originária: Providência Autônoma	846
1.1.1.	Aspectos gerais	846
1.1.2.	Iniciativa	846
1.1.3.	Contraditório prévio	849
1.2.	Medida Cautelar Pessoal Substitutiva da Prisão em Flagrante, quando não cabível a Prisão Preventiva (art. 310, II, CPP)	849
1.3.	Medida Cautelar Pessoal Substitutiva da Prisão Preventiva (art. 316 e art. 282, § 5º, CPP)	850
1.3.1.	Aplicabilidade	850
1.3.2.	Hipótese de imposição de medida cautelar pelo tribunal que conceder liberdade em sede de <i>habeas corpus</i>	851
2.	Substituição, Cumulação e Revogação de Medidas Cautelares Pessoais Diversas da Prisão	853
2.1.	Substituição	853
2.2.	Cumulação	854
2.3.	Revogação	854
3.	Consequências do Descumprimento da Medida Cautelar Pessoal Diversa da Prisão	854
4.	Espécies de Medidas Cautelares Diversas da Prisão	855
4.1.	Medidas destinadas à Garantia de Aplicação da Lei Penal (art. 319, I, VIII e IX, e art. 320, CPP)	856
4.1.1.	Comparecimento periódico em juízo (art. 319, I, CPP)	856
4.1.2.	Fiança (art. 319, VIII, CPP)	856
4.1.3.	Monitoramento eletrônico (art. 319, IX, CPP)	857
4.1.4.	Proibição de ausentar-se do país (art. 320, CPP)	858
4.2.	Medidas destinadas à Garantia da Investigação e da Instrução Criminal (art. 319, IV e VIII, CPP)	858
4.3.	Medidas destinadas à Prevenção da Prática de Infrações Penais (art. 319, II, V, VI e VII, CPP)	858
4.3.1.	Proibição de frequência a determinados lugares (art. 319, II, CPP)	859
4.3.2.	Proibição de contato com pessoa determinada (art. 319, III, CPP)	859
4.3.3.	Recolhimento domiciliar no período noturno (art. 319, V, CPP)	860
4.3.4.	Suspensão temporária de função pública ou de atividade econômica ou financeira (art. 319, VI, CPP)	861
4.3.5.	Internação provisória (art. 319, VII, CPP)	862
5.	Impugnação da Decisão Judicial que impõe Medida Cautelar Pessoal Diversa da Prisão	863

Seção III – Medidas Cautelares Prisionais: Prisão Provisória **864**

1.	Princípios e Regras Gerais aplicáveis à Prisão Provisória	864
1.1.	Estado ou Presunção de Inocência (ou de Não Culpabilidade): Regra de Tratamento	864
1.2.	Controle Judicial da Prisão e Motivação do Ato que Decreta a Medida	868
1.3.	Imediata Comunicação da Prisão e Presença perante o Juiz	869
1.4.	Dia e Horário da Prisão	869
1.5.	Limites Materiais ao Cumprimento da Prisão: o emprego de força e o uso de algemas	870
1.6.	Mandado de Prisão: requisitos intrínsecos, cumprimento e registro	871

1.6.1.	Mandado de prisão: conceito e requisitos intrínsecos	871
1.6.2.	Cumprimento do mandado de prisão	872
1.6.3.	Registro e autenticidade do mandado de prisão	874
1.6.4.	Cumprimento do mandado após perseguição	876
1.6.5.	Cumprimento do mandado e inviolabilidade domiciliar	877
1.7.	Prisão Especial	878
1.7.1.	Contexto, conceito e alcance	878
1.7.2.	Beneficiários de prisão especial	880
1.7.3.	Sala de Estado Maior	882

ESPÉCIES DE PRISÃO PROVISÓRIA

Subseção I – Prisão em Flagrante e Liberdade Provisória	884
1. Sentido e Alcance da Prisão em Flagrante	884
2. Hipóteses Legais de Flagrante: Estados de Flagrância Delitiva	884
2.1. Flagrante Próprio (art. 302, I e II, CPP)	885
2.2. Flagrante Impróprio (art. 302, III, CPP)	885
2.3. Flagrante Presumido (art. 302, IV, CPP)	886
2.4. Inadmissibilidade do Flagrante em caso de Apresentação Espontânea	887
2.5. Flagrante nos Crimes Permanentes (art. 303, CPP) e nos Crimes Habituais	887
3. Legalidade e Ilegalidade da Prisão em Flagrante	888
3.1. Flagrante Preparado ou Provocado	888
3.2. Flagrante Esperado	890
3.3. “Flagrante Forjado”	890
3.4. Flagrante Diferido, Postergado ou Retardado	890
4. Auto de Prisão em Flagrante: Aplicabilidade, Formalidades e Procedimento	892
5. Comunicação da Prisão em Flagrante e Direito de Presença perante o Juiz	897
5.1. Exigência de Comunicação Imediata: Sentido, Finalidades e Alcance do Controle Judicial	897
5.2. Direito de Presença perante o Juiz: a Audiência de Custódia	898
6. Liberdade Provisória	891
6.1. Conceito, Natureza, Sentido e Alcance	891
6.2. Liberdade Provisória Sem Fiança	903
6.3. Liberdade Provisória Com Fiança	907
6.3.1. Regime jurídico	907
6.3.2. Concessão de liberdade mediante fiança pela autoridade policial	908
6.3.3. Inafiançabilidade originária: hipóteses constitucionais e legais	910
6.3.4. Inafiançabilidade originária no âmbito extrapenal	912
6.3.5. Inafiançabilidade superveniente	913
6.3.6. Valor da fiança	915
6.3.7. Oportunidade para a prestação de fiança	917
6.3.8. Reforço da fiança	917
6.3.9. Forma de pagamento do valor da fiança	919

6.3.10. Competência jurisdicional e atribuição policial para a concessão de liberdade provisória mediante fiança	919
6.3.11. Procedimento da liberdade provisória mediante o pagamento de fiança	920
6.3.12. Quebra da fiança	921
6.3.13. Cassação da fiança	924
6.3.14. Perda do valor da fiança	925
6.3.15. Destinação do valor da fiança ao final do processo	925
Subseção II – Prisão Preventiva	927
1. Conceito e Elementos Essenciais	927
2. Oportunidade e Iniciativa para a Decretação da Prisão Preventiva	928
3. Prazo	929
4. Espécies	932
4.1. Prisão Preventiva Originária (art. 312 c/c art. 313 c/c art. 282, § 6º, CPP)	932
4.1.1. Pressupostos e motivos: justa causa e necessidade específica da prisão preventiva	932
4.1.2. Garantia da ordem pública	935
4.1.3. Garantia da instrução processual penal	938
4.1.4. Garantia de aplicação da lei penal	939
4.2. Pressupostos de admissibilidade da Prisão Preventiva (art. 313, CPP)	941
4.2.1. Crimes dolosos com pena máxima superior a 4 (quatro) anos (art. 313, I, CPP) ..	942
4.2.2. Reincidência em crime doloso (art. 313, II, CPP)	945
4.2.3. Prisão preventiva derivada: crimes praticados no contexto da violência doméstica e familiar (art. 313, III, CPP)	946
4.2.4. Dúvida sobre a identidade civil (art. 313, parágrafo único, CPP)	946
4.3. Prisão Preventiva Derivada: descumprimento de medida cautelar (art. 282, § 4º, e art. 312, parágrafo único, CPP) e conversão de prisão em flagrante (art. 310, <i>caput</i> , inciso II, CPP)	947
4.3.1. Prisão preventiva na hipótese de descumprimento de medida cautelar pessoal alternativa (art. 282, § 4º, art. 312, parágrafo único, e art. 313, III, CPP)	947
4.3.2. Conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva	951
5. Prisão Preventiva decretada ou mantida na Sentença Condenatória Recorrível ou na Decisão de Pronúncia	952
6. Motivação da Decisão que decreta a Prisão Preventiva (art. 315, CPP)	954
7. Revogação (art. 316, CPP)	957
8. Prisão Domiciliar	958
8.1. Sentido e Alcance: Forma Excepcional de Execução de Prisão Preventiva	958
8.2. Hipóteses de Prisão Domiciliar	959
Subseção III – Prisão Temporária	963
1. Sentido e Alcance	963
2. Hipóteses	963
2.1. <i>Fumus Comissi Delicti</i> : o pressuposto indiciário quanto à prática de crimes considerados particularmente graves (art. 1º, III, Lei nº 7.960/1989)	965

2.2. <i>Periculum Libertatis</i> : a necessidade cautelar	969
3. Iniciativa para postular a Prisão	970
4. Controle Judicial e Execução da Medida Prisional	971
5. Prazos	972
5.1. Aspectos Gerais	972
5.2. Prazo da Prisão Temporária e Prazo do Inquérito Policial	973
Subseção IV – Prisão para Fins de Extradição	974

CAPÍTULO XV

Comunicação dos Atos Processuais 977

Seção I – Citação 977

1. Sentido, Alcance e Efeitos	977
2. Formas de Citação	979
2.1. Citação Real	979
2.1.1. Citação por mandado diretamente expedido por ordem do juízo da causa	979
2.1.2. Citação por carta precatória	982
2.1.3. Citação por carta de ordem	984
2.1.4. Formas especiais de citação pessoal	984
2.2. Citação Ficta	988
2.2.1. Citação com hora certa	988
2.2.2. Citação por edital	991

Seção II – Intimação 995

1. Intimação e Notificação	995
2. A Intimação do Ministério Público e a do Querelante	996
3. A Intimação do Ofendido na Ação Penal de iniciativa Pública	997
4. A Intimação do Acusado e a do seu Defensor	998
5. A Intimação da Testemunha e a do Perito ou Intérprete	999
6. Intimação na hipótese de Decisão Imediata	1000

CAPÍTULO XVI

Sentença Penal 1001

Seção I – Sentença 1001

1. Conceito e Partes	1001
1.1. Conceito de Sentença Penal	1001
1.2. Partes da Sentença Penal	1002
1.2.1. Relatório (art. 381, I e II, CPP)	1002
1.2.2. Motivação e Fundamentação (art. 381, III, CPP)	1003
1.2.3. Dispositivo (art. 381, V, CPP)	1005
1.2.4. Autenticação (art. 381, VI, CPP)	1005
2. Publicação e Registro da Sentença	1006

3. Intimação da Sentença	1007
4. Coisa Julgada	1010
4.1. Conceito: coisa julgada material e coisa julgada formal	1010
4.2. Coisa Julgada <i>Pro et Contra</i> , Coisa Julgada <i>Secundum Eventum Litis</i> e Coisa Julgada <i>Secundum Eventum Probationis</i>	1011

Subseção I – Sentença Penal Absolutória 1012

1. Conceito	1012
2. Fundamentos de Absolvição	1012
2.1. Existência Material do Fato (art. 386, I e II, CPP)	1013
2.2. Autoria ou Participação do Imputado no Fato (art. 386, IV, V e VII, CPP)	1014
2.3. Tipicidade Penal do Fato (art. 386, III, CPP)	1016
2.4. Exclusão da Ilícitude ou da Culpabilidade (art. 386, VI, CPP)	1016
3. Efeitos Imediatos da Sentença Penal Absolutória	1017
4. Absolvição Imprópria	1017

Subseção II – Sentença Penal Condenatória 1018

1. Conceito	1018
2. Elementos da Sentença Penal Condenatória	1019
2.1. Fixação da Pena-Base (art. 59, CP)	1020
2.2. Atenuantes e Agravantes	1024
2.3. Causas de Diminuição (Minorantes) e de Aumento (Majorantes) de Pena	1026
2.4. Fixação do Regime Inicial de Cumprimento da Pena	1027
2.5. Cômputo do Tempo de Prisão Provisória na fixação do Regime Inicial	1028
2.6. Substituição da Pena Privativa de Liberdade por Pena Restritiva de Direitos ou por Pena de Multa	1028
2.7. Suspensão Condicional da Pena	1029
2.8. Imposição de Medidas Cautelares na Sentença Penal Condenatória	1029
2.9. Fixação de Valor Mínimo a Título de Reparação do Dano	1030
2.10. Publicação sobre a Sentença Condenatória em Órgãos de Comunicação de grande circulação ou audiência	1031

Seção II – Correlação entre Acusação e Sentença 1031

1. A Regra da Correlação entre Acusação e Sentença	1031
2. Hipótese de Sentença Condenatória mesmo diante de Pedido de Absolvição formulado pelo Ministério Público (art. 385, CPP)	1034
3. Correção e Modificação da Acusação: <i>Emendatio Libelli</i> e <i>Mutatio Libelli</i>	1036
3.1. <i>Emendatio Libelli</i> (art. 383, CPP)	1037
3.1.1. Sentido e alcance	1037
3.1.2. Contraditório prévio	1038
3.1.3. Oportunidade	1041
3.1.4. Aplicabilidade em segunda instância	1045
3.2. <i>Mutatio Libelli</i> (art. 384, CPP)	1046
3.2.1. Sentido e alcance	1046

3.2.2.	Mutatio libelli e correlação entre acusação e sentença	1048
3.2.3.	Aplicabilidade da <i>mutatio libelli</i>	1050
3.2.4.	Hipóteses especiais de <i>mutatio libelli</i> : modificação de crime culposo para crime doloso, de crime consumado para crime tentado, de autoria para participação, ou vice-versa	1051
3.2.5.	Oportunidade e procedimento da <i>mutatio libelli</i>	1054
3.2.6.	Inaplicabilidade da <i>mutatio libelli</i> na segunda instância	1056

CAPÍTULO XVII

Procedimentos Penais 1057

Introdução	1057
Procedimento Comum e Procedimento Especial	1058

Seção I – Procedimento Comum 1059

1.	Procedimento Comum: Aspectos Gerais	1059
1.1.	Procedimento Comum e Procedimento Especial	1059
1.2.	Aplicabilidade Geral dos Ritos do Procedimento Comum	1060
2.	Procedimento Comum Ordinário	1061
2.1.	Aplicabilidade	1061
2.2.	Características e Etapas Procedimentais	1062
2.2.1.	Características	1062
2.2.2.	Fase postulatória	1062
2.2.3.	Fase instrutória: audiência de instrução e julgamento	1075
2.2.4.	Fase de debates e de julgamento: alegações finais e sentença	1081
2.3.	Síntese de Procedimento Comum Ordinário	1086
3.	Procedimento Comum Sumário	1086
3.1.	Aplicabilidade	1086
3.2.	Características e Etapas Procedimentais	1087
4.	Procedimento Comum Sumaríssimo	1091
4.1.	Contexto e Significado	1091
4.2.	Aplicabilidade	1093
4.2.1.	Aspectos gerais: infrações de menor potencial ofensivo e juizados especiais criminais	1093
4.2.2.	Hipótese especial de aplicação do procedimento sumaríssimo: Lei nº 10.741/2003	1095
4.3.	Fase Preliminar	1096
4.3.1.	Termo circunstanciado de ocorrência	1096
4.3.2.	Audiência preliminar, composição civil dos danos e transação penal	1098
4.3.3.	Transação penal: natureza, aplicabilidade, oportunidade, procedimento	1101
4.3.4.	Não oferecimento da transação pelo titular da ação penal ou recusa da proposta pelo imputado: oferecimento oral da denúncia ou da queixa e “citação”	1110
4.4.	Síntese da Fase Preliminar	1112
4.5.	Fase de Instrução	1113

Seção II – Procedimentos Especiais	1117
Subseção I – Procedimento do Júri	1117
1. Princípios relativos à Instituição do Júri	1117
2. Competência do Tribunal do Júri	1120
3. Fases do Procedimento do Júri	1120
4. Procedimento da Fase do Juízo de Admissibilidade da Acusação (<i>Judicium Accusationis</i>)	1121
4.1. Etapas Postulatória e Instrutória	1121
4.2. Pronúncia	1124
4.2.1. Sentido, alcance e efeitos	1124
4.2.2. Providências sobre prisão e liberdade na pronúncia	1128
4.2.3. Índícios de autoria ou participação contra terceiro	1130
4.2.4. Intimação sobre a pronúncia	1130
4.3. Impronúncia	1131
4.4. Absolvição Sumária	1133
4.4.1. Conceito	1133
4.4.2. Oportunidade	1134
4.4.3. Hipóteses	1135
4.5. Desclassificação	1137
4.6. <i>Mutatio Libelli</i> superveniente à Confirmação da Pronúncia	1139
4.7. Desaforamento	1140
5. Procedimento da Fase de Preparação para o Julgamento em Plenário	1143
6. Procedimento da Fase de Julgamento em Plenário (<i>Judicium Causae</i>)	1145
6.1. Organização da Pauta de Julgamentos	1145
6.2. Sorteio e Convocação dos Jurados para a Reunião Periódica	1147
6.3. Composição do Tribunal do Júri	1148
6.4. Providências Prévias à Abertura da Sessão de Julgamento	1150
6.5. Instalação da Sessão de Julgamento	1154
6.6. Instrução em Plenário	1159
6.7. Debates	1164
6.7.1. Aspectos gerais	1164
6.7.2. Regras do debate	1167
6.8. Julgamento	1170
6.8.1. Preliminares	1170
6.8.2. Quesitos	1170
6.8.3. Procedimento da votação	1178
6.8.4. Sentença do juiz presidente	1181
6.9. Ata da Sessão de Julgamento	1182
Subseção II – Procedimentos de Ação Penal por Crime Funcional	1185
1. Procedimento da Ação Penal por Crime Funcional contra a Administração Pública	1185
2. Procedimento da Ação Penal por Crime Funcional imputado a Prefeito ou Vereador (Decreto-Lei nº 201/1967)	1189

Subseção III – Procedimento da Ação Penal por Crime contra a Honra	1189
Subseção IV – Procedimento da Ação Penal por Crime contra a Propriedade Imaterial	1192
1. Aplicabilidade	1192
2. Procedimento	1192
2.1. Procedimento aplicável aos Crimes contra a Propriedade Imaterial de Ação Penal Privada	1192
2.2. Procedimento para os crimes de violação de direito autoral definidos no 184, §§ 1º, 2º e 3º, do Código Penal, e demais Crimes de Ação Penal Pública	1193
Subseção V – Procedimento da Ação Penal de Competência Originária dos Tribunais (Lei nº 8.038/1990)	1195
1. Aplicabilidade	1195
2. Procedimento	1196
2.1. Fase Pré-Processual	1196
2.1.1. Exigência de autorização e supervisão do tribunal competente para a ação penal	1196
2.1.2. Procedimento da fase pré-processual: características da supervisão exercida pelo relator	1197
2.1.3. Oferecimento da denúncia ou da queixa e resposta preliminar	1200
2.1.4. Deliberação do colegiado sobre a admissibilidade da ação penal	1201
2.1.5. Recebimento da denúncia e defesa prévia	1203
2.2. Fase de Instrução	1205
2.3. Alegações Finais e Sessão de Julgamento	1205
Subseção VI – Procedimento da Ação Penal por Crime praticado em contexto de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei nº 11.340/2006)	1208
Subseção VII – Procedimento da Ação Penal por Crimes de Drogas (Lei nº 11.343/2006)	1210
Subseção VIII – Procedimento da Ação Penal por Crime que envolva Organização Criminosa (Lei nº 12.850/2013)	1213

CAPÍTULO XVIII

Nulidades	1215
Seção I – Conceito e Características Gerais	1215
1. Invalidez dos atos processuais	1215
2. Inexistência jurídica, Nulidade e Irregularidade	1217
2.1. Inexistência jurídica	1217
2.2. Irregularidade	1219
2.3. Nulidade	1221
3. Nulidade e Illicitude	1223
4. Nulidade Absoluta	1224
5. Nulidade Relativa	1227

Seção II – Princípios Gerais	1229
1. Princípio do Prejuízo	1229
2. Efeitos da Invalidação e Princípio da Causalidade	1230
3. Princípio do Interesse	1234
4. Princípio da Convalidação	1237
4.1. Sentido e Alcance	1237
4.2. Hipótese Especial de Convalidação de Nulidade Absoluta	1238

CAPÍTULO XIX

Recursos e Ações Autônomas de Impugnação 1241

Seção I – Teoria Geral dos Recursos e das Ações Autônomas de Impugnação	1241
1. Conceito e Fundamentos	1241
1.1. Fundamentos	1241
1.2. Meio voluntário de Impugnação de Decisão Judicial	1242
1.3. Interposição antes da Preclusão ou da Coisa Julgada	1243
1.4. Continuidade de Relação Jurídica Preexistente	1244
1.5. Objetivos possíveis: Reforma, Invalidação, Esclarecimento, Integração	1245
2. A voluntariedade como característica essencial dos recursos e suas atenuações	1246
2.1. Necessidade do duplo grau de jurisdição (artigos 574 e 746, CPP)	1246
2.2. Extensão dos Efeitos de Decisão proferida no Recurso de Corréu (art. 580, CPP)	1247
2.3. Princípio do <i>Favor Rei</i> ou <i>Favor Libertatis</i>	1248
2.4. Mitigação do Ônus Recursal pelo cabimento de Ação Autônoma de Impugnação	1248
3. Classificação	1249
3.1. Extensão	1249
3.2. Fundamentos: Fundamentação Livre e Fundamentação Vinculada	1249
3.3. Recursos Ordinários e Recursos Extraordinários	1251
4. Princípios	1252
4.1. Duplo Grau de Jurisdição	1252
4.2. Taxatividade	1252
4.3. Unirrecorribilidade	1253
4.4. Variabilidade e Preclusão Consumativa	1255
4.5. Complementaridade	1256
4.6. Fungibilidade	1257
4.7. Dialecicidade	1260
4.8. Oportunidade e Disponibilidade	1263
4.9. Personalidade e Proibição da <i>Reformatio in Pejus</i>	1267
4.9.1. Personalidade e vedação da <i>reformatio in pejus</i> direta	1267
4.9.2. Vedação da <i>reformatio in pejus</i> indireta, inclusive no âmbito do Tribunal do Júri	1269
4.10. Irrecorribilidade das Decisões Interlocutórias	1271
5. Efeitos dos Recursos	1272
6. Pressupostos e Condições de Admissibilidade	1274
7. Decisões sujeitas a Recurso	1276

Seção II – Recursos em Espécie	1278
Subseção I – Apelação	1278
1. Conceito e Cabimento Geral	1278
2. Cabimento da Apelação contra as Decisões do Júri	1280
2.1. Nulidade posterior à pronúncia (art. 593, III, a, CPP)	1281
2.2. Sentença do juiz presidente contrária à lei expressa ou ao veredicto dos jurados (art. 593, III, b, CPP)	1282
2.3. Erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena (art. 593, III, c, CPP)	1283
2.4. Manifesta contrariedade à prova dos autos (art. 593, III, d, CPP)	1284
2.5. A <i>reformatio in pejus</i> indireta no âmbito do recurso interposto contra a decisão do júri	1287
3. Legitimidade para Apelar	1288
3.1. Legitimidade recursal plena das partes	1288
3.2. Legitimidade Recursal Supletiva do Ofendido	1289
3.3. Legitimidade Recursal autônoma do Defensor Técnico	1290
3.4. Legitimidade Recursal do Ministério Público no âmbito da Ação Penal de iniciativa Privada	1291
3.5. “Legitimidade Recursal do Curador”	1291
4. Interesse de Apelar	1292
5. Pressupostos de admissibilidade: regularidade formal e tempestividade	1295
6. Procedimento quanto à Interposição e ao Oferecimento de Razões	1298
7. Competência	1302
8. Procedimento no Tribunal	1303
8.1. Procedimento Ordinário	1303
8.2. Procedimento Sumário	1305
9. Efeitos	1306
9.1. Efeito Devolutivo	1306
9.1.1. Devolutividade quanto à extensão	1306
9.1.2. Devolutividade quanto à profundidade	1308
9.2. Efeito Suspensivo	1309
Subseção II – Recurso em Sentido Estrito	1310
1. Conceito	1310
2. Condições e Pressupostos de Admissibilidade	1312
2.1. Cabimento	1312
2.1.1. Decisão de rejeição liminar da denúncia ou da queixa (art. 581, I / art. 395, CPP)	1312
2.1.2. Decisão que concluir pela incompetência do juízo (art. 581, II, CPP)	1314
2.1.3. Decisão que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição (art. 581, III, CPP)	1315
2.1.4. Decisão de pronúncia (art. 581, IV, CPP)	1316
2.1.5. Decisão sobre fiança (art. 581, V, 1ª parte, e VII, CPP)	1317

2.1.6.	Decisão sobre prisão preventiva, liberdade provisória sem fiança e relaxamento de prisão em flagrante (art. 581, V, parte final, CPP)	1319
2.1.7.	Decisão declaratória de extinção da punibilidade e decisão denegatória de pleito de extinção da punibilidade (art. 581, VIII e IX, CPP)	1320
2.1.8.	Decisão concessiva ou denegatória de <i>habeas corpus</i> (art. 581, X, CPP)	1323
2.1.9.	Decisão declaratória de nulidade (art. 581, XIII, CPP)	1324
2.1.10.	Decisão que incluir jurado na lista própria ou desta o excluir (art. 581, XIV, CPP)	1326
2.1.11.	Decisão que nega seguimento a recurso de apelação (art. 581, XV, CPP)	1327
2.1.12.	Decisão de suspensão do processo por questão prejudicial (art. 581, XVI, CPP)	1329
2.1.13.	Decisão de suspensão condicional do processo (art. 89, Lei nº 9.099/1995) e decisão de suspensão do processo e do prazo prescricional na hipótese do art. 366 do CPP	1330
2.1.14.	Decisão do incidente de falsidade (art. 581, XVIII, CPP)	1330
2.1.15.	Cabimento limitado do recurso em sentido estrito na hipótese do art. 581, XI, CPP – decisão que conceder, negar ou revogar a suspensão da pena. Cabimento do recurso em sentido estrito contra a decisão relativa à suspensão condicional do processo	1331
2.1.16.	Hipóteses tacitamente revogadas pelo art. 197 da Lei 7.210/1984 (Lei de Execução Penal): Art. 581, XI (parcialmente), XII, XVII, XIX, XX, XXI, XXII e XXIII, CPP.. Cabimento atual do recurso de agravo na execução.	1333
2.1.17.	Hipótese revogada pela Lei nº 9.268/1996: “decisão que converter a multa em detenção ou prisão simples” (art. 581, XXIV, CPP)	1334
2.2.	Legitimidade e Interesse	1335
2.2.1.	Legitimidade	1335
2.2.2.	Interesse	1336
2.3.	Pressupostos de Admissibilidade	1337
3.	Efeito Suspensivo	1337
4.	Competência	1340
5.	Procedimento	1340

Subseção III – Carta Testemunhável 1345

Subseção IV – Embargos de Declaração 1345

1.	Conceito	1345
2.	Cabimento	1346
2.1.	Decisões Embargáveis	1346
2.2.	Hipóteses de Cabimento: vícios intrínsecos do julgado	1348
2.3.	Embargos de Declaração para fins de Prequestionamento	1352
2.4.	Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração	1355
3.	Legitimidade e Interesse	1356
3.1.	Legitimidade	1356
3.2.	Interesse	1357

4. Competência	1357
5. Procedimento	1357
6. Efeitos da Oposição dos Embargos	1358
7. Efeitos da Decisão proferida nos Embargos	1360
Subseção V – Embargos Infringentes	1361
1. Conceito	1361
2. Embargos Infringentes em Tribunal de Segunda Instância (art. 609, parágrafo único, CPP)	1361
2.1. Cabimento	1361
2.2. Embargos Infringentes contra a Parte Não Unânime do Acórdão: Recurso Especial e/ ou Extraordinário Imediato contra a Parte Unânime?	1363
2.3. Não Interrupção de Prazo na Hipótese de Recurso Inadmissível	1365
2.4. Legitimidade e Interesse	1366
2.5. Pressupostos Recursais: regularidade formal e tempestividade	1367
2.6. Competência	1367
2.7. Procedimento	1367
2.8. Efeitos	1368
3. Embargos Infringentes no Supremo Tribunal Federal	1368
Subseção VI – Agravo Interno ou Regimental	1372
Subseção VII – Recurso Extraordinário, Recurso Especial e Embargos de Divergência	1373
1. Considerações Iniciais	1373
2. Recurso Extraordinário	1373
2.1. Conceito e Regime Jurídico	1373
2.2. Condições e Pressupostos de Admissibilidade	1374
2.2.1. Cabimento	1374
2.2.2. A repercussão geral	1376
2.2.3. Exaurimento das instâncias ordinárias e prequestionamento	1377
2.2.4. Legitimidade	1378
2.2.5. Regularidade formal e procedimento	1378
2.3. Efeitos	1383
3. Recurso Especial	1384
3.1. Conceito e Regime Jurídico	1384
3.2. Condições e Pressupostos de Admissibilidade	1385
3.2.1. Cabimento	1385
3.2.2. Exaurimento das instâncias ordinárias e prequestionamento	1388
3.2.3. Legitimidade	1389
3.2.4. Regularidade formal e procedimento	1389
3.3. Efeitos	1391
4. Embargos de Divergência	1392
Seção III – Ações Autônomas de Impugnação	1394
Subseção I – Habeas Corpus	1394
1. Conceito e Previsão Constitucional	1394

2. Natureza Jurídica	1395
3. Espécies	1395
3.1. <i>Habeas Corpus</i> destinado à impugnação direta de medida de constrição pessoal	1396
3.1.1. Liberatório	1396
3.1.2. Preventivo	1396
3.2. <i>Habeas Corpus</i> destinado à impugnação de procedimento ou de ação penal	1399
4. Condições da Ação de <i>Habeas Corpus</i>	1399
4.1. Cabimento	1399
4.1.1. Vertente negativa	1399
4.1.2. Vertente positiva: a liberdade como objeto de proteção no <i>habeas corpus</i>	1400
4.1.3. Hipóteses de Constrangimento Ilegal (art. 648, CPP)	1405
4.2. Interesse de Agir	1413
4.3. Legitimidade	1415
4.3.1. Legitimidade ativa	1415
4.3.2. Legitimidade passiva	1418
5. Relação Jurídica do <i>Habeas Corpus</i> e Intervenção de Terceiros	1419
6. Pressupostos Processuais	1421
7. Competência	1422
8. Procedimento (Características)	1426
9. Medida Liminar	1428
9.1. Cabimento	1428
9.2. Impugnação da Decisão de Indeferimento do Pleito de Medida Liminar	1430
10. Indeferimento Liminar do <i>Habeas Corpus</i> pelo Relator e sua Impugnação	1432
11. Concessão ou Denegação da Ordem em Decisão Monocrática do Relator	1434
12. Procedimento (Rito)	1436
13. Decisão Concessiva de <i>Habeas Corpus</i> e Coisa Julgada	1439
13.1. <i>Habeas Corpus</i> Liberatório e <i>Habeas Corpus</i> Preventivo	1439
13.2. Coisa Julgada da Decisão Concessiva de <i>Habeas Corpus</i> destinado ao Trancamento ou à Anulação do Processo Penal	1441
13.3. <i>Habeas Corpus</i> de Ofício (<i>Ex officio</i>)	1442
13.4. Extensão dos Efeitos da Decisão Proferida no <i>Habeas Corpus</i>	1442
14. Decisão Denegatória de <i>Habeas Corpus</i>	1443
15. Prejudicialidade do <i>Habeas Corpus</i>	1443
16. Recurso Ordinário em <i>Habeas Corpus</i>	1444
16.1. Recurso Ordinário para o Superior Tribunal de Justiça (art. 105, II, <i>a</i> , CF)	1445
16.2. Recurso Ordinário para o Supremo Tribunal Federal (art. 102, II, <i>a</i> , CF)	1448
17. <i>Habeas Corpus</i> Substitutivo de Recurso Ordinário	1451
18. <i>Habeas Corpus</i> "Substitutivo" de Recurso Especial?	1454
19. <i>Habeas Corpus</i> como Sucadâneo de Revisão Criminal	1456
Subseção II – Mandado de Segurança	1457
1. Considerações Iniciais	1457
2. Natureza Jurídica e Cabimento Geral do Mandado de Segurança	1457

3.	Cabimento do Mandado de Segurança contra Decisão Judicial	1459
3.1.	Mandado de Segurança contra Ato Jurisdicional Irrecorrível	1459
3.2.	Mandado de segurança contra Ato Judicial sujeito a Recurso Sem Efeito Suspensivo ..	1462
4.	Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	1467
4.1.	Recurso Ordinário em Mandado de Segurança para o STJ (art. 105, II, b, CF)	1467
4.2.	Recurso Ordinário em Mandado de Segurança para o STF (art. 102, II, a, CF)	1468

Subseção III – Revisão Criminal 1469

1.	Coisa Julgada e Rescisão da Sentença	1469
1.1.	Justiça e Segurança	1469
1.2.	Coisa Julgada Material e Coisa Julgada Formal	1471
1.3.	Coisa Julgada Pro et Contra, Coisa Julgada Secundum Eventum Litis e Coisa Julgada Secundum Eventum Probationis	1472
1.4.	Desconstituição da Coisa Julgada	1472
1.5.	Proibição da revisão criminal <i>pro societate</i>	1473
2.	Natureza jurídica	1474
3.	Juízo Rescindente e Juízo Rescisório	1474
4.	Condições e Pressupostos de Admissibilidade da Ação Revisional	1475
4.1.	Legitimidade	1475
4.1.1.	Legitimidade e capacidade postulatória	1475
4.1.2.	Legitimidade do Ministério Público?	1476
4.2.	Interesse de Agir	1477
4.3.	Cabimento	1478
4.3.1.	Revisão de sentença condenatória ou absolutória imprópria	1478
4.3.2.	Revisão do veredicto do Tribunal do Júri	1479
4.4.	Hipóteses de Cabimento	1481
4.4.1.	Contrariedade a texto expresso de lei ou à evidência dos autos (art. 621, I, CPP)	1482
4.4.2.	Prova falsa como fundamento da sentença rescindenda (art. 621, II, CPP)	1485
4.4.3.	Superveniência de prova em favor do condenado (art. 621, III, CPP)	1487
4.5.	Desnecessidade de Recolhimento à Prisão	1489
5.	Competência	1489
6.	Procedimento e Decisão	1492
7.	Ônus da Prova	1495
8.	Indenização por Erro Judiciário (art. 630, CPP)	1496

BIBLIOGRAFIA 1499